



Morte de Meles Zenawi - Morreu a 20 de agosto, vítima de doença, o carismático Primeiro-Ministro da Etiópia, Meles Zenawi. Será substituído interinamente por Hailemariam Desalegn, até agora Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros. [Pag 2](#)

Angola e União Europeia assinam Novo Acordo - O Governo angolano e a União Europeia (UE) assinaram, a 25 de julho em Bruxelas, um novo Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento intitulado "Caminho Conjunto Angola - UE". [Pag 2/3](#)

Novos Créditos Chineses a África - Líderes de 50 países africanos, nomeadamente os de língua portuguesa, participaram a 19 e 20 de julho, em Pequim, na V Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação África-China. [Pag 3/4](#)

Mota-Engil no Príncipe - O Governo da Região Autónoma do Príncipe assinou, em julho, um contrato com o grupo português Mota-Engil para obras de requalificação do aeroporto daquela ilha são-tomense. [Pag 4](#)

Morte do Presidente do Gana - Faleceu repentinamente o Presidente de Gana, John Atta Mills. Face a este acontecimento, o até agora Vice-presidente, John Dramani Mahama, assumiu de imediato a Presidência do país. [Pag 4/5](#)

Julgamento de Hissène Habré - Depois de grande controvérsia sobre o futuro do antigo Presidente do Chade, Hissène Habré, acusado de torturar e assassinar os seus opositores, o Tribunal Internacional de Justiça pressionou o Senegal para que o julgue imediatamente o antigo líder chadiano. [Pag 5](#)

Condenação de Thomas Lubanga - O Tribunal Penal Internacional condenou Thomas Lubanga, antigo chefe da milícia congoleza na região de Ituri, a 14 anos de prisão, por recrutar crianças para o Exército congolês, durante a guerra civil. [Pag 5](#)

Eleições Gerais em Angola - Realizaram-se a 31 de agosto eleições gerais em Angola, as quais decorreram num clima de tranquilidade, tendo sido consideradas livres e justas pelas diversas missões de observação internacional. [Pag 6/7/8](#)

Produção Petrolífera no Gabão - A empresa sul-coreana Samsung, membro do consórcio sul coreano, SK Energy, assinou um acordo com o governo gabonês para a construção da maior refinaria de petróleo na sub-região. [Pag 8](#)

Portugal e Cabo Verde assinam novo Acordo de Cooperação - No âmbito da visita oficial do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas, a Cabo Verde, foi assinado entre os dois países, no dia 29 de agosto, o novo Programa Indicativo de Cooperação (PIC) para o período 2012-2015. [Pag 9](#)

Novo Parlamento na Somália - A Somália conseguiu escolher um novo Parlamento em agosto, o que não acontecia desde o derrube do regime de Siad Barré em 1991. A nomeação deste Parlamento marca o fim do exercício de funções do Governo de Transição, o qual, apesar de contar com o apoio das Nações Unidas, teve uma atuação muito limitada. [Pag 9/10](#)

IDE de Angola em Portugal - O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) angolano em Portugal cresceu 35 vezes nos últimos 10 anos. Segundo dados da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), em 2011, o IDE angolano atingiu os 70,3 milhões de euros, 35 vezes acima dos 2,2 milhões de 2001. [Pag 10/11](#)

Crise Mineira na África do Sul - A África do Sul vive uma das piores crises sociais desde do fim do apartheid. Na origem da atual crise está o conflito entre os mineiros de uma mina de platina em Marikana, a cerca de 100 quilómetros de Joanesburgo, a empresa detentora da exploração, a britânica Lonmin e as autoridades sul-africanas. [Pag 11/12](#)

Novo Secretário Executivo da CPLP Assume Funções - O Embaixador moçambicano Murade Isaac Miguigy Murargy assumiu funções na CPLP a 18 de Setembro de 2012. [Pag 12](#)



Morte de Meles Zenawi

■ Luís Castelo Branco

Morreu a 20 de agosto, vítima de doença, o carismático Primeiro-Ministro da Etiópia, Meles Zenawi. O até agora Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hailemariam Desalegn, exercerá o cargo de Primeiro-Ministro interino até o final da atual legislatura, que termina em 2015.

Em 1974, Meles Zenawi assumiu a liderança da Frente de Libertação do Povo do Tigré (FLPT), grupo que atuava no norte do país contra o regime ditatorial de Menghistu Mariam. Após a queda oficial do regime de Mariam, em 28 de maio de 1991, Zenawi foi nomeado Presidente do governo de transição, função que exerceu até 22 de agosto de 1995. Nesse período, empreendeu uma série de reformas no país, instituindo o multipartidarismo, a liberdade religiosa, eleições democráticas e a privatização de certos sectores da economia.

O seu mandato foi também marcado pela secessão da Eritreia, formalizada por um referendo, em 1993, após uma guerra de mais de trinta anos. Embora a secessão tenha sido acordada entre as duas partes, pouco tempo depois, os dois estados envolveram-se num violento conflito devido à definição das fronteiras.

Após as eleições de 1995, Meles Zenawi tornou-se oficialmente o Primeiro-Ministro da Etiópia. Foi reeleito em 2000, 2005 e 2010.

O seu governo era um aliado importante dos EUA no combate ao fundamentalismo islâmico no Corno de África, com especial incidência na Somália. Com apoio norte-americano, forças etíopes invadiram a Somália em 2006 para deporem o governo liderado pela União dos Tribunais Islâmicos. Atualmente, forças etíopes estão a apoiar o governo da Somália contra os ataques dos radicais islâmicos de Al Shabab.

No plano internacional, Zenawi era visto como um dos principais porta-vozes de África, tendo assumido importante protagonismo em diversos encontros internacionais, nomeadamente no âmbito do G-20, o grupo dos 20 países mais ricos do mundo, e nas negociações sobre as mudanças climáticas das Nações Unidas.

No entanto, havia quem o acusasse de exercer o poder de uma forma ditatorial e de ter manipulado as várias eleições que o permitiram manter-se no poder. Segundo a Amnistia Internacional, os anos de governo de Zenawi caracterizaram-se pela constante violação dos direitos humanos e repressão contra os opositores.

Para os defensores de Zenawi, a sua morte cria um vazio que poderá ameaçar não só a estabilidade da Etiópia como de todo o Corno de África. O exército etíope é considerado como um dos melhores de África e a sua presença na Somália é um forte obstáculo ao avanço dos radicais islâmicos. Para além da Somália, sob a égide da União Africana, tropas etíopes também foram enviadas para o Burundi, Líbia e a região de Abyei, disputada entre o Sudão e o Sudão do Sul.

Se a morte de Zenawi foi chorada por muitos, também foi saudada por muitos. A Al-Shabab reagiu a este acontecimento através do seu porta-voz. Sheikh Rage, afirmando que a morte de Zenawi marca o início do desmoronamento da Etiópia e o fim das intervenções das forças etíopes em solo somali.

Angola e União Europeia assinam Novo Acordo

O Governo angolano e a União Europeia (UE) assinaram, a 25 de julho em Bruxelas, um novo Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento intitulado "Caminho Conjunto Angola - UE". O acordo foi assinado pelo Ministro angolano das Relações Exteriores, Georges Chicoti e pela Ministra angolana do Planeamento, Ana Dias Lourenço; e, pela parte europeia, por Catherine Ashton, alta representante da UE para a Política Exterior e Segurança Comum (PESC), bem como por Andris Piebalgs, Comissário europeu de Desenvolvimento.

Concluído no quadro do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), instrumento financeiro do Acordo de Cotonou, o novo protocolo de cooperação entre Angola e a UE cobre, prioritariamente, as áreas da paz e da segurança, da economia e do desenvolvimento sustentável, bem como da boa governação e dos direitos humanos. Para além destas áreas, o novo acordo também abrange intervenções nos sectores da energia, dos transportes, do ambiente, das ciências e da tecnologia.

A estratégia para a cooperação UE - Angola ao abrigo do Acordo 2008-2013 teve como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, através do reforço institucional e de capacidades, apoiando assim o Governo na sua estratégia de



Novos Créditos Chineses a África

combate à pobreza e no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O União Europeia é maior doador a fundo perdido de Angola. O Documento de Estratégia para Angola (2008-2013), foi elaborado conjuntamente pelas Autoridades Angolanas e pela Comissão Europeia. Este acordo, assinado em novembro de 2008, estabeleceu as premissas fundamentais e as linhas de atuação no domínio da cooperação entre as duas partes neste período de cinco anos. Durante esse período, a cooperação entre Angola e a União Europeia teve como base os recursos financeiros disponibilizados pelo 10º FED. Esta doação compreendeu duas vertentes:

1. Um envelope A com um montante de 214 milhões de euros destinadas a três áreas focais: a Governação (20% do total); o Desenvolvimento Social e Humano (32%), e o Desenvolvimento Rural, Agricultura e Segurança Alimentar (32%). Incluiu igualmente o apoio a áreas não focais (restantes 16%): Água e saneamento; Apoio à Integração Regional; Apoio ao sector privado; Apoio aos atores não estatais; Facilidade de cooperação técnica, Administração da biodiversidade; e Iniciativa de Governação PALOP;
2. Um envelope B com um montante provisional de 13,9 milhões de euros, para fazer faces a situações imprevistas, nomeadamente assistência necessária em situações de emergência.

A União Europeia é igualmente parceira de Angola no plano económico e político. Os últimos dados disponíveis indicam que as exportações da União Europeia para Angola duplicaram desde o ano de 2005. A União Europeia é hoje o maior exportador para Angola e o seu terceiro parceiro comercial em termos globais. As importações de Angola também aumentaram no mesmo período. A relação bilateral tem ainda assumido crescente relevância no quadro dos fluxos de investimento, indica o documento. A recente visita a Angola do Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, visou o reforço das relações bilaterais.

Líderes de 50 países africanos, nomeadamente os de língua portuguesa, participaram a 19 e 20 de julho, em Pequim, na V Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação África-China FOCAC.

Desde a sua criação em 2000, o FOCAC cresceu de estatuto tornando-se num mecanismo privilegiado para o diálogo coletivo e cooperação entre a China e África, caracterizada pela procura de alianças estratégicas para garantir o acesso a recursos naturais que são abundantes e estão por explorar no continente africano.

Sob o lema “Consolidar as realizações do passado e abrir novas perspectivas para o novo tipo de parceria estratégica China-África”, a Conferência fez um balanço da execução das propostas saídas da IV Conferência Ministerial realizada no Egito em 2009 e desenhar o modelo para as relações sino-africanas nos próximos três anos.

De acordo com os dados do Ministério chinês do Comércio, a China tornou-se, desde 2009, no principal parceiro comercial do continente africano. Em 2011, as trocas comerciais China-África atingiram um recorde de 166 mil milhões de USD, a China manteve-se como o maior parceiro comercial de África pelo terceiro ano consecutivo e mais de 2 mil empresas chinesas estabeleceram-se em África com investimento direto total de 14,7 mil milhões de USD. Por outro lado, a China concedeu mais de 10 mil milhões de USD em créditos preferenciais.

O Presidente chinês, Hu Jintao, anunciou durante esta Conferência a concessão de novos créditos a África num total de 20 mil milhões de dólares para apoiar a construção de infraestruturas, a agricultura, indústria e pequenas e médias empresas. A verba agora disponibilizada representa o dobro daquilo que foi disponibilizado em 2009.

Na área da educação, a China prevê apoiar a formação de mais de 30 mil africanos e conceder 18 mil bolsas para o ensino superior.

Uma outra área que a China pretende aprofundar diz respeito à integração regional africana e, nesse sentido, apostará no apoio à construção de infraestruturas transnacionais

Para além das áreas tradicionais da intervenção chinesa, o Presidente Hu Jintao anunciou que a China irá lançar uma iniciativa designada “Parceria Cooperativa China-África na Paz e Segurança”. O objetivo desta parceria é o de fornecer assistência financeira para a



manutenção de paz, o fortalecimento da capacidade de intervenção militar da União Africana, bem como oportunidades de treino de tropas no âmbito da manutenção de paz pessoal ligados à segurança e manutenção de paz.

Em troca deste apoio, a China pretende continuar, e se possível aumentar, o acesso privilegiado às fontes de matérias-primas africanas. Aliás esta crescente busca de matérias primas em África, levou os EUA a criticar a estratégia chinesa de relacionamento com o Continente. Paralelamente, a China tem que enfrentar a concorrência crescente de outras economias emergentes como a Índia, as quais juntamente com as grandes potenciais tradicionais, pretendem assegurar o acesso privilegiado às reservas de matérias-primas africanas.

Na procura de novos mercados, Moçambique assume especial importância devido às suas riquezas naturais. Destacam-se as reservas de carvão, especialmente localizadas na província de Tete, onde os investimentos nos últimos 6 anos ascenderam a mais de 20 mil milhões de USD. Para além do carvão, abundam as reservas de ouro, urânio, tântalo. Nos últimos tempos foram anunciadas a descoberta de importantes reservas de gás.

No final dos trabalhos foi aprovado o Plano de Ação de Pequim para o período de 2013-2015.

Mota Engil no Príncipe

O Governo da Região Autónoma do Príncipe assinou, em julho, um contrato com o grupo português Mota-Engil para obras de requalificação do aeroporto daquela ilha são-tomense.

As obras de requalificação do aeroporto durarão cerca de 17 meses e visam melhor a qualidade da pista e alargá-la dos atuais 1.200 metros para 1.850 metros.

Esta obra é fundamental para que, em conjunto com as obras do porto da Cidade de Santo António do Príncipe, possam ser criadas as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do Príncipe, no-

meadamente no âmbito da estratégia de oferta turística.

A obra está incluída num conjunto de investimentos que a empresa sul-africana HBD Boa Vida pretende vir a desenvolver no Príncipe, transformando a Ilha num destino de ecoturismo de referência mundial.

A recente decisão da UNESCO de colocar a Ilha do Príncipe na Rede Mundial das Reservas da Biosfera é mais um elemento que irá ajudar a promover o Príncipe como destino turístico de qualidade.

Morte do Presidente do Gana

O Presidente de Gana, John Atta Mills, de 68 anos, faleceu repentinamente no dia 24 de julho. Apesar de sofrer de um cancro na laringe, e de ter regressado pouco antes de exames médicos nos EUA, nada fazia prever este rápido desfecho. Mills, que assumiu a presidência do país em janeiro de 2009, preparava-se para anunciar a sua recandidatura ao cargo. Face a este acontecimento, o até agora Vice-presidente, John Dramani Mahama, assumiu de imediato a presidência do país.

A Presidência de Atta Mills estava a ser marcada por uma forte recuperação económica do país, baseada não só na sua exportação tradicional, o cacau do qual o Gana é o segundo produtor mundial, mas também devido à produção de ouro e ao recente início da exploração petrolífera, que se traduz já numa produção de 90 mil barris por dia e que poderá ascender muito em breve a 200 mil barris por dia. O Gana tem transmitido uma imagem de credibilidade numa região, a África Ocidental, marcada por grandes instabilidades políticas.

Em 2011, o Gana foi o segundo país do mundo com maior crescimento económico com 11%, atrás do Qatar que teve 13%. O bom desempenho económico do país faz com que seja apontado como um caso de sucesso quer pelo FMI, quer pelo Banco Mundial.

No que diz respeito aos avanços sociais, o Gana é um dos países que, provavelmente, conseguirá cumprir em 2015 grande parte dos



Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). No bom caminho está a meta de reduzir para metade os níveis de pobreza do país. As mortes de menores de 5 anos diminuíram para metade entre 1993 e 2010. Hoje em dia 92% das crianças no país terminam os estudos primários. A taxa de contaminados com o vírus do HIV-SIDA desceu para 1,5% da população.

Apesar deste cenário positivo, 30% da população do país ainda vive abaixo do limiar da pobreza, o que indica que o governo ainda tem um longo caminho para diminuir as assimetrias sociais.

Julgamento de Hissène Habré

Depois de grande controvérsia sobre o futuro do antigo Presidente do Chade, Hissène Habré, o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), órgão judiciário da Organização das Nações Unidas, pressionou o Senegal para que julgue imediatamente o antigo líder chadiano. Hissène Habré, é acusado de torturar e assassinar os seus opositores durante o seu mandato, entre 1982 e 1990. Durante seu mandato estima-se que mais de 40 mil pessoas tenham sido assassinadas por motivos políticos. Depois de ter sido deposto, Habré refugiou-se no Senegal, onde se encontra em prisão domiciliária.

Habré ascendeu ao poder em 1982 através de dum golpe de estado que, alegadamente, terá contado com o apoio dos EUA. O apoio norte-americano deveu-se ao facto do Chade, naquela altura, se encontrar em guerra com a Líbia pelo controlo da zona fronteiriça de Auzú, rica em urânio. Para além do apoio norte-americano, o Chade também contou com o apoio francês, no conflito com a Líbia de Khadafi. A Líbia ocupou a zona de Auzú em 1976. Porém, em 1987 as tropas líbias foram expulsas pelo exército chadiano. Em 1994 o conflito resolveu-se através de mediação internacional a qual acabou por dar razão às pretensões chadianas.

O TIJ informou que se a sua decisão, que é vinculativa, não fosse cumprida pelo Senegal, Habré deveria ser extraditado para a Bélgica, uma vez que este país aplica o princípio da jurisdição universal em matéria de crimes internacionais. Foi devido a esta posição da Bélgica que os opositores de Habré recorreram à lei belga quando

o Senegal declarou, em 2000, que não tinha intenções de julgar o antigo líder chadiano.

Face às ameaças do TIJ, o governo senegalês anunciou, em julho, através da sua Ministra da Justiça, Aminata Touré, que Hissène Habré comparecerá perante um tribunal africano extraordinário antes do fim de 2012, num processo que se advinha longo.

Segundo Aminata Touré, uma equipa de especialistas senegaleses e africanos já preparou o processo que irá permitir a abertura do processo como previsto antes do fim do ano. O processo de Hissène Habré será uma novidade, pois pela primeira vez na história será organizado no continente africano o julgamento de um antigo líder africano.

Condenação de Thomas Lubanga

O Tribunal Penal Internacional (TPI) condenou 10 de julho, Thomas Lubanga, antigo chefe da milícia congolese na região de Ituri, a 14 anos de prisão. O ex-líder foi considerado culpado por recrutar crianças para o Exército congolês, durante a guerra civil na República Democrática do Congo, entre 2002 e 2003.

Detido em Haia, em 2006, o ex-líder da milícia congolese, fundador dos Patriotas Congolezes e antigo comandante das Forças Patrióticas para a Libertação do Congo, sempre se declarou inocente. O julgamento de Lubanga, de 51 anos, começou a 26 de janeiro e terminou a 26 de agosto do ano passado.

Uma vez que Lubanga já se encontra detido desde 2006, só irá cumprir mais 8 anos de prisão. Os seus opositores temem que mesmo esta pena possa vir a ser reduzida devido a bom comportamento ou pela concessão de amnistia. Seis países ofereceram-se para receber Lubanga para cumprir a sua pena: Áustria, Bélgica, Finlândia, Mali, Servia e Reino Unido.



Eleições Gerais em Angola

Realizaram-se a 31 de agosto eleições gerais em Angola, que decorreram num clima de tranquilidade, tendo as mesmas sido consideradas livres e justas pelas diversas missões de observação internacional, nomeadamente da União Africana, da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Desta vez a União Europeia não enviou uma missão de observação eleitoral. A posição da UE ficou a dever-se ao facto de, no âmbito da lista de países onde deveriam ser acompanhados os processos eleitorais em 2012, Angola não ter sido considerado um país prioritário porque se fez a leitura do significado político do que se passou em 2008 e também pelo facto das autoridades angolanas terem ignorado as recomendações da missão de observação eleitoral europeia de 2008.

Se, à partida, não haveria grandes dúvidas sobre capacidade do MPLA vencer estas eleições por uma larga maioria, havia, no entanto, outros pontos de interesse nestas eleições.

Em primeiro lugar, interessava ver qual seria a percentagem do MPLA, para ver se a estratégia de desenvolvimento encetada pelo governo angolano estava a ser bem aceite pelos eleitores. Outro ponto de interesse era ver qual seria a votação da UNITA e, até que ponto os anos na oposição e as ruturas internas teriam consequências nos seus resultados. Finalmente, o aparecimento da Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE) liderado pelo antigo membro da UNITA, Abel Chivukuvuku poderia ou não alterar o equilíbrio das forças na oposição.

Analisando os resultados, o MPLA obteve uma clara maioria de 72% dos votos, embora aquém dos resultados alcançados em 2008 quando obteve 81% dos votos, o que correspondeu a 4.520.453 votos. Estes resultados do MPLA poderão ser explicados pelo desgaste de estar no governo e também por ter aparecido uma nova força política, a CASA-CE, que terá desviado votos, nomeadamente entre os mais jovens nos principais meios urbanos.

Contra todas as expectativas, a UNITA duplicou o número de votos, passando de 572.453 votos em 2008 (10%) para 1.055.592 votos em 2012 (18%). Este resultado deve ser entendido, acima de tudo, como uma vitória do seu Presidente, Isaiás Samakuva, o qual foi apresentado, mesmo dentro da UNITA, como um líder fraco.

Os resultados da CASA-CE podem ser interpretados de duas mane-

ras. Analisando o resultado alcançado pela positiva, poder-se-á dizer que, nesta primeira vez não foi mau de todo, chegando aos 342.617 votos (6%), assumindo-se como a terceira força política no país. No entanto, para as expectativas que foram criadas à volta das capacidades de Abel Chivukuvuku, os resultados ficaram aquém do esperado. Face ao aparente desgaste da UNITA e do seu Presidente, chegou-se a esperar que a CASA-CE pudesse vir a assumir o papel de líder da oposição. Importante foi o facto de a CASA-CE ter obtido a maioria dos seus votos, 202.212, na zona de Luanda.

Estes resultados demonstram, por outro lado, que a hegemonia do MPLA não foi posta em causa, nem deverá sê-lo nos próximos tempos. Mesmo havendo algumas áreas do país, onde a votação do MPLA foi francamente mais baixa do que a média nacional, vejamos os casos de Luanda e de Cabinda onde o MPLA obteve 59% dos votos, qualquer alternativa viável ao MPLA só poderá surgir dentro do próprio MPLA.

Um importante teste ao poder do MPLA poderá surgir no dia em que o seu líder, José Eduardo dos Santos, decidir afastar-se. O processo de escolha e de afirmação do novo líder será um teste decisivo para saber se o MPLA se mantém como uma força política homogénea, ou se começarão a surgir fissuras motivadas pelas várias correntes que se movimentarão para conseguir escolher o novo líder.

Resultados das Eleições Gerais de 31 de agosto 2012

Total de Votos	6.124.669	63%
Votos em Branco	212.023	3,46%
Votos Nulos	156.642	2,56%
Votos Reclamados	19.468	0,32%
Votos Válidos	5.756.004	93,98%

Fonte: Comissão Nacional de Eleições de Angola

Resultados por Partidos e Coligações

	Partido/Coligação	Votos	Porcentagem
	MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola	4.135.503	71,84%
	UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola	1.074.565	18,66%
	CASA-CE Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral	345.589	6,00%
	PRS Partido de Renovação Social	98.233	1,70%
	FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola	65.163	1,17%
	ND Nova Democracia União Eleitoral	13.337	0,23%
	PAPOD Partido Popular para o Desenvolvimento	8.710	0,15%
	FUMA Frente Unida para a Mudança de Angola	8.260	0,14%
	CPO (Conselho Político da Oposição)	6.644	0,11%

Fonte: Comissão Nacional de Eleições de Angola

Repartição por Deputados

	Partido/Coligação	Deputados Eleitos	
		2012 Total deputados - 220	2008 Total deputados - 220
	MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola	175	191
	UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola	32	16
	CASA-CE Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral	8	*
	PRS Partido de Renovação Social	3	8
	FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola	2	3
	ND Nova Democracia União Eleitoral	0	2

Fonte: Comissão Nacional de Eleições de Angola

*Não concorreu



Com base nestes resultados, dos 220 deputados do Parlamento, o MPLA obteve 95 lugares no círculo nacional e 80 no provincial, enquanto a UNITA conseguiu 32 deputados divididos em 24 pelo círculo nacional e 8 pelo provincial, e a coligação CASA-CE tem oito assentos, todos nacionais.

Contribuíram para esta vantagem do MPLA as vitórias plenas nos círculos provinciais do Bengo, Huíla, Malanje, Namibe, Moxico, Uíge, Kwanza Sul, Cunene e Kwanza Norte, onde obteve cinco lugares, ao passo que em Benguela, Huambo, Cuando Cubango, Cabinda, Lunda, Lunda Sul, Lunda Norte e Zaire conseguiu quatro.

Nas províncias, a UNITA obteve dois deputados no Bié, e um deputado nas províncias de Benguela, Huambo, Cuando Cubango, Cabinda, Luanda e Zaire. O PRS que obteve um lugar na Lunda Sul.

Comparando os resultados eleitorais deste ano com os de 2008, podemos constatar, desde logo, que o MPLA desceu dos 81,64% de 2008 para 71,84% em 2012, o que representou menos 1.090.713 votos. A UNITA subiu consideravelmente duplicando o número de deputados, de 16 para 32, obtendo mais 404.202 votos. O PRS, que em 2008 era a terceira força política, perdeu esse estatuto para a CASA-CE, perdendo 106.513 votos e 5 deputados em relação a 2008.

A ND, que tinha sido a formação política revelação das eleições de 2008, desapareceu do parlamento angolano não tendo conseguido manter nenhum deputado. Em 2008 a ND, que surgiu da coligação de seis pequenos partidos, obteve um resultado eleitoral inesperado, 77.141 votos o que correspondeu a 1,20% do total. Nestas eleições perdeu 63.804 votos, ficando apenas com 0,13% do total dos votos.

A FNLA manteve a sua curva descendente, obtendo menos cerca de 6 mil votos do que nas eleições de 2008, quando obteve 71.416 votos, tendo perdido um dos seus 3 deputados.



Produção Petrolífera no Gabão

A empresa sul-coreana Samsung, assinou um acordo com o governo gabonês para a construção da maior refinaria de petróleo na sub-região. A empresa Samsung é membro do consórcio sul coreano, SK Energy, que é proprietária da maior refinaria de petróleo do mundo a Ulsan na Coreia do Sul.

A produção da nova unidade terá como destino as necessidades do Gabão, 1/3, e os restantes 2/3 destinar-se-ão à sub-região. A refinaria deverá ser inaugurada em 2015 e deverá custar 1.4 mil milhões de USD.

A refinaria que vai ser construída na região económica especial gabonesa da ilha de Mandji, terá capacidade para processar 3 milhões de toneladas de petróleo. Estima-se que a infraestrutura vai garantir 300 empregos diretos, e vai criar 3.000 postos indiretos.

O acordo foi assinado em julho em Libreville, capital do Gabão, pelo Ministro do petróleo, energia e recursos hidráulicos do Gabão, Etienne Ngoubou, e pela parte sul coreana subscreveram o embaixador da Coreia do Sul, Sung Jin-Kim e o vice-presidente da empresa sul coreana Samsung, Sam Youl Kim.

Em 2011, o Gabão decidiu promover 42 blocos de petróleo da sua zona económica exclusiva no mercado internacional. Esta decisão surgiu depois do governo gabonês, que tem vários anos de experiência na exploração do petróleo, após ter promovido uma intensa campanha de promoção dos blocos no mercado internacional, que mereceu atenção de grandes companhias mundiais como a americana Chevron Texaco, a francesa Total, ou a brasileira Petrobrás, ter decidido em finais de 2010, não realizar concurso público para adjudicação dos blocos.

As autoridades gabonesas optaram pela adjudicação direta dos blocos, através de negociações com as companhias interessadas. Na altura o executivo gabonês considerou que era a melhor via, uma vez que por via do concurso público, o país sairia a perder.

Para além das grandes empresas petrolíferas, outros grupos económicos manifestaram o seu interesse. Um desses grupos foi a empresa japonesa fabricante de automóveis Mitsubishi. Este interesse japonês insere-se numa política de Tóquio de assegurar o acesso a recursos naturais.



Portugal e Cabo Verde assinam novo Acordo de Cooperação

No âmbito da visita oficial do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas, a Cabo Verde, foi assinado entre os dois países, no dia 29 de agosto, o novo Programa Indicativo de Cooperação (PIC) para o período 2012-2015. Os PIC são os documentos enquadradores da intervenção da cooperação portuguesa num determinado país parceiro, sintetizando os principais eixos de intervenção dos diversos atores estatais portugueses, as quais vão ao encontro das prioridades definidas pelos países onde se pretende atuar.

O novo PIC terá um envelope financeiro indicativo de 56 milhões de euros, o que representou uma diminuição relativamente ao anterior PIC, 2008-2011, que teve um orçamento de 70 milhões de euros.

Ao nível das áreas de intervenção, o novo documento aponta para áreas de continuidade, como a educação, saúde, capacitação institucional e apoio ao orçamento e novas áreas, nomeadamente, a capacitação científica e tecnológica e o apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento empresarial. O enquadramento destas áreas justifica-se pelas potenciais sinergias e complementaridade com as áreas/eixos tradicionais, bem como pelo contributo fundamental nos esforços de Luta contra a Pobreza e Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Uma outra inovação deste PIC é a introdução do conceito de programas bandeira, ou seja, haverá uma especial preocupação no novo PIC em adotar critérios de concentração sectorial, privilegiando programas de maior dimensão (programas bandeira), com o objetivo de evitar a fragmentação das ações e obter uma melhor relação de custo / benefício.

O PIC 2012-2015 terá dois grandes eixos de intervenção:

Eixo I – Boa governação, Participação e Democracia onde se inserem as áreas relativas à capacitação institucional e segurança e desenvolvimento.

Eixo II – Desenvolvimento Sustentável e luta contra Pobreza, onde constam às áreas da Educação e Serviços Sociais Básicos; Capacitação Tecnológica; Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial e Programa Geral de Assistência/Ajuda Sob a forma de Produtos.

De referir que Portugal continuará, durante o próximo quadriénio, a estar presente no grupo de apoio ao orçamento de Cabo Verde. Nesse sentido, a contribuição portuguesa será de 4.2 milhões de euros para os quatro anos, valor abaixo dos 7 milhões de euros com que tinha contribuído no quadriénio anterior. Esta diminuição surge ao mesmo tempo que outros membros deste Grupo, nomeadamente a Espanha, também anunciaram reduções significativas nas suas contribuições financeiras.

No âmbito desta visita também ficou acordado que será marcado para breve uma nova Cimeira bilateral, que terá lugar em Cabo Verde na cidade do Mindelo, para discutir a cooperação entre os dois países nos domínios comercial, cultural e científico. A primeira cimeira entre os dois países realizou-se em junho de 2010, em Lisboa.

Novo Parlamento na Somália

A Somália conseguiu escolher um novo Parlamento em agosto, o que não acontecia desde o derrube do regime de Siad Barré em 1991. A nomeação deste Parlamento marca o fim do exercício de funções do Governo de Transição, o qual, apesar de contar com o apoio das Nações Unidas, teve uma atuação muito limitada. Uma das razões da limitação da atuação do Governo de transição ficou a dever-se ao elevado grau de corrupção dos seus membros, que levou a críticas internas e dos principais apoios externos.

Apesar da escolha dos 275 novos deputados ter sido uma boa novidade para o país, as notícias sobre o modo como os mesmos foram escolhidos levantou muitas dúvidas. Face à impossibilidade de se realizarem eleições, os deputados foram indicados pelos vários clãs. Porém, desde logo surgiram notícias de compra de lugares o que terá prejudicado a representatividade dos vários grupos do país. O processo ficou manchado pelas denúncias levantadas em relatórios da ONU e da União Africana, as quais evidenciam que certos grupos implicados na transição usaram o suborno, a intimidação e a violência para influenciar a escolha dos membros do Parlamento.

Por outro lado, as precárias condições de segurança obrigaram a que os novos deputados que prestaram juramento, apenas 215 dos 275



compareceram à cerimónia inaugural do Parlamento, o tenham feito no aeroporto de Mogadíscio fortemente protegidos pelas forças da missão de paz da União Africana UA (AMISOM) e da polícia somali.

Segundo um plano de transição para a Somália, traçado em 2011 com apoio da ONU e da União Africana (UA), o processo deveria ter sido finalizado com a nomeação do Parlamento. Após as suas nomeações, os novos deputados deveriam ter nomeado de imediato o novo Presidente do país, o que acabou por não acontecer. Entre outras questões, o principal motivo deste atraso deveu-se à rejeição de cerca de 50 nomeações de deputados, os quais não reuniam as condições mínimas para serem membros do Parlamento.

A eleição do Presidente realizou-se apenas a 10 de setembro. Apesar das fortes medidas de segurança, o facto dos novos deputados estarem a eleger no novo Presidente do país em solo somali foi, só por si, o motivo de sinal da melhoria das condições de segurança no país. Os deputados tinham uma lista de 22 candidatos que concorriam ao cargo. O candidato da oposição, Hassan Sheikh Mohamud, conseguiu ser eleito Presidente do país para um mandato de quatro anos, o que põe fim à transição política iniciada em 2004 com o apoio da ONU.

A eleição de Hassan Sheikh Mohamud não deixou de constituir uma surpresa, uma vez que não constava na lista dos favoritos ao cargo. Mohamud, um académico e ativista da sociedade civil, que fundou no ano passado o Partido da Paz e Desenvolvimento, superou na votação final o até agora Presidente, Sharif Sheikh Ahmed, considerado o favorito. O opositor obteve 190 votos, contra os 79 obtidos por Ahmed, que liderou, de 2009 até hoje, o Governo Federal de Transição (GFT) somali. Os problemas que atingiram o Governo de Transição, nomeadamente as acusações de corrupção e de ineficácia, terão pesado na hora da votação a favor de Sheikh Moahamud. A eleição, na qual participaram 271 deputados, realizou-se num quartel da polícia, na capital Mogadíscio, sob fortes medidas de segurança.

Esta eleição, juntamente com os desenvolvimentos militares no terreno, podem significar uma virar de página histórico para a Somália, permitindo a tão desejada estabilidade e o reinício do normal funcionamento das instituições ngovernamentais. Atualmente, as tropas da Missão da União Africana na Somália (Amisom), em coordenação com os exércitos de Somália e Etiópia e milícias pró-governo, avançam em direção à cidade de Kismayo, cidade portuária no sul do

país, considerada um reduto dos radicais islâmicos da organização Al-Shabab. O grupo, que em fevereiro anunciou sua união formal com a rede terrorista Al Qaeda, combate desde 2006 (embora não no seu atual formato) o governo somali e as tropas aliadas a fim de instaurar um Estado muçulmano de linha wahhabista.

Porém, apesar do otimismo que representa a eleição do novo Presidente, a verdade é que a situação na Somália continua muito instável. Exemplo dos desafios que o novo Presidente tem que enfrentar foi o ataque que sofreu apenas dois dias depois de ter sido eleito. No dia 12 de setembro Hassan Sheikh Mohamud, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia, Sam Ogeri, escaparam ilesos a um atentado suicida num hotel da capital somali, Mogadíscio, quando estavam a participar numa conferência de imprensa. O grupo rebelde somali Al-Shabab reivindicou o atentado no qual morreram oito pessoas e que demonstra bem as debilidades de segurança que ainda existem na Somália.

IDE de Angola em Portugal

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) angolano em Portugal cresceu 35 vezes nos últimos 10 anos. Segundo dados da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), em 2011, o IDE angolano atingiu os 70,3 milhões de euros, 35 vezes acima dos 2,2 milhões de 2001. Só este ano, entre janeiro e maio, o IDE de Angola atingiu 126,1 milhões de euros, acima do total de 2011, tendo sido o principal investidor em Portugal entre os países extracomunitários.

As principais apostas angolanas centram-se atualmente em sectores estratégicos da economia portuguesa nacional, nomeadamente na banca, na energia e nos meios de comunicação social. Este interesse deriva dos diversos processos de privatização em curso ou anunciados, e na realidade económica que Portugal atravessa.

Apesar do impacto público da entrada de capitais angolanos em Portugal, os dados da AICEP mostram que o investimento é maior



Crise Mineira na África do Sul

no sentido inverso: o IDE de Portugal em Angola foi de 246,4 milhões de euros o ano passado, quatro vezes mais do que no início da década (1,6% do total). Nos primeiros cinco meses deste ano, o investimento português em Angola ascendeu a 111 milhões de euros, tornando aquele país no quarto destino dos capitais portugueses, depois da Holanda, Espanha e Brasil.

Em Angola, são sobretudo os sectores da construção civil, da hotelaria e da banca a atrair as empresas portuguesas.

Ao nível dos investidores angolanos em Portugal, há um claro destaque para a filha do Presidente José Eduardo do Santos, Isabel dos Santos. Em apenas dois meses deste ano, Isabel dos Santos investiu mais do que todos os interesses angolanos ao longo de 2011. Isabel dos Santos gastou, em maio, 46 milhões de euros para comprar mais 9% do BPI, e desembolsou mais 88 milhões para passar a controlar 28,8% da ZON. Com interesses nas telecomunicações, banca, energia e mais recentemente na comunicação social, Isabel dos Santos é acompanhada nesta incursão pela SONANGOL.

Juntos, Isabel dos Santos e a petrolífera angolana estão indiretamente na Galp Energia, um dos primeiros investimentos de Angola em Portugal. Os angolanos nunca esconderam a intenção de estar diretamente presentes no capital da petrolífera portuguesa. Fora da energia, é conhecida a posição da SONANGOL no BCP. A petrolífera entrou no capital do banco português em 2008, tendo comprado uma posição de 9,99%. Mais tarde viria a reforçar para os 11%, tornando-se no principal acionista do banco. Um estatuto que lhe permitiu ter a última palavra na hora de escolher os novos órgãos sociais.



A África do Sul vive uma das piores crises sociais desde do fim do apartheid. Na origem da atual crise está o conflito entre os mineiros de uma mina de platina em Marikana, a cerca de 100 quilómetros de Joanesburgo, a empresa detentora da exploração, a britânica Lonmin e as autoridades sul-africanas. A violência em Marikana, nos arredores de Rustenburg, região onde se situam alguns dos maiores depósitos de platina do mundo, eclodiu na sequência de uma greve decretada por mais de 3 mil mineiros da empresa Lonmin que exigiam melhores condições salariais.

A crise conheceu um forte agravamento a 16 de agosto, quando a polícia disparou sobre mineiros em greve que exigiam melhorias em suas condições de trabalho e um aumento substancial de salário. Dos confrontos resultaram 40 mineiros mortos e pelo menos 270 foram presos durante os protestos. O facto de dezenas de mineiros terem sido presos pela polícia e acusados de originar os conflitos só agravou ainda mais a situação.

A contestação ao governo tem sido encabeçada pelo antigo líder da juventude do ANC, Julius Malema, o qual foi expulso do partido no início do presente ano. A origem da sua expulsão esteve nas posições radicais que Malema assumiu publicamente em relação à população branca e em relação à economia do país. Estas posições irritaram a cúpula do ANC, a qual decidiu suspender Malema por cinco anos, o que provocou grandes manifestações em Joanesburgo em apoio ao líder da juventude do partido.

De grande aliado do atual Presidente sul-africano, Jacob Zuma, Malema passou a ser um dos seus maiores críticos adoptando um discurso muito radical. Uma das posições mais radicais de Malema diz respeito à posse da terra, que, segundo, ele deveria ser redistribuída num processo semelhante ao ocorrido no Zimbábue. Assumindo este comportamento, Malema espera cativar apoios, dentro e fora do ANC, que lhe permitam regressar à vida política ativa.

Na atual crise, Malema tem assumido um papel de destaque, apelando à radicalização da luta e à convocação de uma greve geral no país. A instabilidade no sector mineiro já fez com que algumas companhias, nomeadamente a Lonmin, Anglo Platinum e a Gold Fields, cessaem temporariamente as suas atividades, o que provoca evidentes prejuízos financeiros à economia sul-africana.

Para além dos mineiros, Malema apelou às próprias forças de segurança do país para que se associem à constestação, num cenário que poderá ter graves consequências para a estabilidade do país. A possibilidade de mobilizar membros das forças de segurança, particularmente do exército, são bem reais fruto do descontentamento que existe no seu seio devido à política de promoções e à falta de melhorias salariais.

Para além das questões específicas relacionadas com o sector mineiro, toda esta crise tem igualmente subjacente um sentimento de frustração da maioria da população sul-africana que, que passados 18 anos do fim do apartheid, ainda vê uma distribuição muito desigual na distribuição da riqueza do país.

Para além da população branca manter uma importante posição na economia do país, o aparecimento de uma nova elite negra, cuja origem dos rendimentos levanta muitas duvidas, também não deixa ser fonte de criticas e de de contestação.

Novo Secretário Executivo da CPLP Assume Funções

O Embaixador moçambicano Murade Isaac Miguigy Murargy assumiu funções na CPLP a 18 de Setembro de 2012. Isaac Murargy foi eleito Secretário Executivo da CPLP durante a IX Conferência de Chefes de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que se realizou em Maputo, no dia 20 de Julho de 2012, sucedendo no cargo ao guineense Domingos Simões Pereira.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05